



Nota Técnica – Malha Fiscal 118

Diferença alíquota modal de 17%

1. Descrição da malha
1.1 Identifica divergências entre a alíquota destacada no documento fiscal e a alíquota modal de 19% estabelecida pela Lei nº 22.460 de 12 de dezembro de 2023.
2. Critérios da malha
2.1 Nessa malha é feita a identificação de notas fiscais emitidas com a alíquota de 17% (dezesete por cento) a partir de 1º de abril de 2024
2.2 O ICMS devido é calculado considerando a aplicação da nova alíquota de 19% (dezenove por cento) sobre a base de cálculo destacada na nota, subtraído do valor do ICMS destacado incorretamente.
3. Detalhamento das inconsistências
3.1 As inconsistências são detalhadas por nota fiscal e os valores apresentados são apenas dos itens da nota que receberam destaque incorreto de 17%, conforme a seguir. CHAVE ACESSO NFE (chave que identifica o documento fiscal) NOTA FISCAL (número do documento fiscal) REFERENCIA NFE (mês e ano em que o documento fiscal foi emitido) DATA EMISSÃO (dia de emissão do documento fiscal) VALOR ICMS NFE (valor do ICMS destacado incorretamente com alíquota de 17%) VALOR ICMS CORRETO (valor do ICMS que deveria ter sido destacado com alíquota de 19%) ICMS DEVIDO (diferença devida de ICMS)
4. Nota fiscal de ajuste
4.1. Para complementação do ICMS, deve ser emitida uma nota fiscal de ajuste, finalidade normal, no valor de ICMS apurado para cada referência.
4.2 O emitente e o destinatário da nota fiscal de ajuste é próprio contribuinte.
4.3 Todas as notas fiscais originais emitidas com a alíquota de 17%. Devem ser referenciadas
4.4 Para cada nota fiscal de ajuste podem ser referenciadas até 999 notas fiscais, podendo ser emitidas mais de uma nota de ajuste para a mesma referência.
4.5 No XML da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), as chaves das notas referenciadas devem ser



inseridas no campo específico <NFref>. Este campo permite referenciar uma ou mais notas fiscais originais. O elemento <NFref> faz parte do grupo de dados de identificação da NF-e e possui subcampos que variam de acordo com o tipo de documento referenciado.

4.6 Para notas fiscais referenciadas, utiliza-se o subcampo <refNFe>, onde será informada a chave de acesso das notas fiscais originais.

4.7 No campo “Informações Adicionais ” deve ser registrado que se trata de diferença de imposto não pago em período anterior.

5. Autorregularização

5.1 A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das irregularidades decorrentes das divergências ou inconsistências identificadas na malha fiscal, conforme Instrução Normativa nº 199/2022-SRE, e está prevista no art. 142-A da Lei nº 11.651/91, regulamentada pelo art. 441-A do Decreto nº 4.852/97.

5.2. As irregularidades identificadas são informadas ao contribuinte por meio de Comunicado enviado pelo Domício Tributário (DTE).

5.3 É assegurado ao contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do comunicado, para sanear as irregularidades

5.4 Para consultar os valores das pendências, efetuar o pagamento à vista, solicitar parcelamento ou apresentar justificativa, o contribuinte pode acessar o Sistema AutoReg, por meio do link: <https://plataformadigital.sefaz.go.gov.br/amp/..>

5.6 As justificativas e respectivos documentos são registrados sistema AutoReg e a analisadas de acordo com a prioridade definida pela Administração Tributária.

5.7 Findo o prazo da autorregularização, a ausência de manifestação quanto à irregularidade apontada pode ensejar ação fiscal, com aplicação da penalidade prevista na Lei nº 11.651/91.

6. Ajustes na EFD

6.1 A nota fiscal de ajuste deve ser registrada de acordo com o item 13.1.1 do Guia Prático da EFD de Goiás “Escrituração de nota fiscal complementar relativa a fato gerador ocorrido em período anterior”.

6.2 É recomendável relacionar os números das NF-e no livro RUDFTO.

7. Observações



7.1 O atendimento de dúvidas sobre a autorregularização são enviadas para o e-mail autorregularizacao.economia@goias.gov.br, pois não há atendimento, virtual ou presencial, pelas Delegacias Regionais de Fiscalização e Gerências Especializadas.

7.2 O processo de autorregularização é totalmente automatizado, não sendo necessário o comparecimento do contribuinte ou contabilista à Delegacia

LINKS

IN 199/2022

https://appasp.economia.go.gov.br/legislacao/arquivos/Superintendencia/SGAF/IN/IN_199_2022.htm

Guia prático escrituração EFD

https://goias.gov.br/economia/wp-content/uploads/sites/45/2024/07/Guia_pratico_5.5.pdf

Manual do Usuário Autoreg e PDP

<https://goias.gov.br/economia/manuais-do-usuario/>

Manual justificativas

https://goias.gov.br/economia/wp-content/uploads/sites/45/2024/04/Manual-AutoReg_Justificativas_04.04.2024.pdf